

Programa Cisternas passa de 100 mil entregas no Nordeste

Iniciativa do governo federal garante captação e armazenamento de água

Erasmão da Silva em Boqueirão (PB), Iolanda Santos em Parnarama (MA) e Francisco Linhares em Senador Pompeu (CE) conhecem bem os efeitos da seca no semiárido nordestino. Agricultores familiares, eles guardam na memória os longos períodos de estiagem que sempre integraram a paisagem de suas cidades. Períodos que costumavam ser acompanhados de aumento da mortalidade de animais, casos de desnutrição de crianças e perdas econômicas na lavoura. Uma tecnologia social incentivada pelo Governo do Brasil desde 2003, e que voltou a ser prioridade em 2023, mudou cenários, criou oportunidades e significou melhoria de renda para os três, além de dezenas de milhares de outras famílias. O Programa Cisternas fechou 2025 com 104.300 unidades de captação e armazenamento de água entregues desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na comparação entre os anos de 2025 (48.900) e 2022, quando foram entregues 6,7 mil cisternas em todo o país, o crescimento é de 630%.

Francisco Linhares cultiva ovos, mel, leite, feijão, abóbora, acerola e pitanga em Senador Pompeu, município de 25 mil habitantes no centro do Ceará.



Marcelo Curia/MDS

O Programa Cisternas fechou 2025 com 104.300 unidades

A tecnologia de acesso à água transformou a relação do agricultor com o ambiente de chuvas escassas. Garantiu água potável à família e se tornou base para o desenvolvimento produtivo. Conectado ao programa desde 2006, hoje a propriedade dele tem um sistema hídrico completo, com cisternas, água de reúso, fossa ecológica e sistema agroflorestal. “A seca sempre existiu. A pessoa tem que aprender a conviver com ela”. No município cearense, 423 cisternas foram entregues desde

janeiro de 2023.

Do total de estruturas finalizadas desde o início do mandato, 88,6% estão no Nordeste (confira infográfico). Só em 2025, foram 48.900 entregas, 43 mil na região. Em alguns estados, a evolução é acentuada. Em Pernambuco, o salto foi de 15 finalizadas em 2022 para 4.400 em 2025, crescimento de 29.000%. Outros avanços expressivos ocorreram no Maranhão, de 19 para 701 (3.500%), no Rio Grande do Norte, de 218 para 2.300

(955%), e na Bahia, de 870 para 9.000 (934%).

O Programa Cisternas promove o acesso à água por meio de tecnologias simples e de baixo custo. O público-alvo é composto por famílias da zona rural com renda per capita de até meio salário mínimo, e equipamentos públicos rurais atingidos pela seca ou falta regular de água. As famílias devem estar no Cadastro Único do Governo do Brasil. Pelo Novo PAC, são mais de 189 mil unidades contratadas

na atual gestão, em uma meta de 219 mil. Há 1.037 municípios contemplados em 19 estados, por meio de 30 parcerias que somam R\$ 1,7 bilhão em aportes. Desde 2003, são 1,34 milhão de unidades entregues.

O semiárido brasileiro é a região prioritária de atendimento. Nela, a principal tecnologia são as cisternas de placas, que captam e armazenam água de chuva para uso nos meses mais críticos de estiagem. O programa, contudo, tem um conjunto extenso de tecnologias sociais. As cisternas de 16 mil litros são voltadas ao consumo humano, para beber, cozinhar e escovar os dentes. Tecnologias como as cisternas de 52 mil litros têm o objetivo de viabilizar a produção de alimentos e suprir a necessidade de animais.

Na Ilha de Marajó (PA), 260 cisternas mudaram a realidade do ambiente de ensino no município de Salvaterra. Abastecidas por poços artesianos, as escolas da região ficavam muitas vezes sem água quando faltava energia para as bombas d'água, o que dificultava a limpeza das salas, o preparo de alimentos e a higiene. Crianças e professores eram obrigados a voltar para casa. Com as cisternas, a captação no período chuvoso assegura o fornecimento na seca.”

Alagoas, IBGE e AMA alinham parceria

Representantes do Governo de Alagoas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) se reuniram para firmar uma parceria entre as instituições na disseminação de informações a partir da base de dados do IBGE.

A reunião foi coordenada pelo secretário de Estado da Comunicação, Wendel Palhares, e contou com a presença do presidente da AMA, Marcelo Beltrão; do superintendente do IBGE em Alagoas, Alcides Tenório Júnior; além do secretário de Estado dos Direitos Humanos, José Marcelo do Nascimento; da secretária de Governança Corporativa, Poliana Santana; e do secretário especial de Planejamento, Orçamento e Governo Digital, Phelipe Vargas.

Wendel Palhares informou que a Secom foi procurada pelo IBGE com o objetivo de ampliar a divulgação das informações do órgão junto à população alago-



Thiago Sampaio

Encontro na Secom alinhou os detalhes da parceria com o IBGE

na, o que motivou a realização do encontro.

“Foi uma reunião muito proveitosa. Permitiu que nos alinhássemos para melhorar a divulgação, como deseja o IBGE, e também avançar em acordos de cooperação para a realização

de oficinas de aprimoramento e análise dos dados. Pretendemos ainda promover eventos para divulgar essas informações e elaborar pesquisas com apoio da metodologia e da orientação do órgão”, afirmou o secretário.

As principais deliberações

do encontro foram a criação de um cronograma de divulgação, a realização de oficinas - tanto para jornalistas e comunicadores em geral quanto para gestores que trabalham com dados do IBGE -, e a formação de um Grupo de Trabalho (GT) voltado ao com-

partilhamento de informações, projetos e futuras pesquisas.

Alcides Tenório destacou que a parceria também permitirá ao IBGE capacitar técnicos do Governo do Estado e da AMA para interpretar e utilizar, de forma mais eficiente. “A ideia é encurtar caminhos e unir esforços, como o próprio secretário Wendel colocou, para alcançarmos o objetivo de oferecer um serviço cada vez melhor à população alagoana”, pontuou o superintendente.

Presidente da AMA e prefeito de Coruripe, Marcelo Beltrão também elogiou a iniciativa, destacando a importância dos dados para a tomada de decisões.

“Quanto maior o refinamento dessas estatísticas, maior será o poder decisório do gestor municipal e estadual, permitindo que as políticas públicas cheguem diretamente ao cidadão. Vamos ampliar essa aproximação entre os órgãos e a Associação dos Municípios Alagoanos”, defendeu.